

REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURA COOPERATIVA E O CAPITAL SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES MINERAIS

Vanessa Brito Barbosa

Universidade Federal do Pará – UFPA

vanessabrito26@gmail.com

Bruno Rafael Dias de Lucena

Universidade Federal do Pará – UFPA

brunolucena@ufpa.br

Resumo: O cooperativismo mineral, enquanto modelo organizacional, busca conciliar interesses econômicos e sociais, fortalecendo a autogestão e a inclusão produtiva. No entanto, a literatura empírica ainda é escassa sobre como a estrutura cooperativa influencia as relações sociais internas, fundamentais para a sustentabilidade dessas organizações. A revisão teórica deste estudo evidencia que a aplicação consistente dos princípios cooperativistas fortalece o capital social organizacional, enquanto sua negligência compromete a coesão e a sustentabilidade das cooperativas. Com base nessa análise, propõe-se uma investigação empírica, em andamento, que culminará em um estudo de caso em uma cooperativa mineral, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Espera-se que os resultados parciais e finais da pesquisa forneçam subsídios para o fortalecimento do capital social e para práticas mais sustentáveis no cooperativismo mineral.

Palavras-chave: Cooperativismo mineral, Capital social, Relações internas, Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo surgiu no século XIX na Inglaterra como resposta às desigualdades da Revolução Industrial, que agravaram a exploração da classe trabalhadora e a exclusão socioeconômica (Biscaro, 2023). Isso gerou a necessidade de modelos econômicos voltados para a justiça social, baseados em valores como autoajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (International Co-operative Alliance, 2015). Para Singer (2013), essas iniciativas foram fundamentais para a construção de formas organizacionais participativas e horizontais, nas quais os próprios trabalhadores passaram a se autogerir, promovendo inclusão produtiva e contestando as estruturas excludentes do sistema capitalista.

No Brasil, o cooperativismo foi incorporado à mineração como estratégia para organizar o setor e promover a inclusão socioeconômica, já que essa atividade surgiu dentro de um contexto individualista e informal, sem qualquer controle sobre a produção e comercialização. Nesse sentido, com o objetivo de transformar esse cenário, a Constituição Federal de 1988 passou a priorizar as cooperativas no processo de regularização do setor, convertendo o garimpo ilegal em empreendimentos coletivos formais por meio da outorga mineral (Freitas et al., 2021). A priorização das cooperativas fortaleceu esse modelo organizacional, gerando um aumento de 500% nas solicitações de extração e ampliando sua representatividade no setor (Alves et al., 2017).

Apesar dos avanços, o cooperativismo mineral ainda enfrenta desafios estruturais como o acesso restrito ao crédito e a baixa qualificação dos mineradores (Freitas & Freitas, 2011), além da precariedade da infraestrutura, do apoio institucional insuficiente e das limitações tecnológicas (Freitas et al., 2021). Soma-se a esses fatores o individualismo, que pode comprometer a eficiência operacional e intensificar conflitos internos (Silva et al., 2022). Esses desafios impactam a forma de atuação dessas organizações em manter seus valores os quais as diferenciam de outros modelos organizacionais.

No entanto, um dos caminhos para enfrentar tais desafios está na valorização dos seus aspectos relacionais, sustentados pelos valores que motivaram sua criação. Esses aspectos estão intrinsecamente ligados ao conceito de capital social, entendido como redes relacionais de confiança, reciprocidade e cooperação, necessários para o desenvolvimento organizacional e comunitário (Putnam, 2000). Nessa direção, Bretos, Millán e Foncea (2018) demonstram que, ao se estruturarem de forma participativa e igualitária, as cooperativas promovem esses vínculos relacionais, fortalecendo a identidade coletiva e gerando o capital social necessário à sua sustentabilidade.

No entanto, embora a relação entre capital social e cooperativas tenha recebido atenção acadêmica, essa abordagem ainda se mantém predominantemente teórica. Estudos como o de Saz-Gil et al. (2021) apontam que a literatura ainda é fragmentada em relação à influência empírica da estrutura organizacional nessa dinâmica. De forma semelhante, Valentinov (2004) aponta a necessidade de aprofundamento sobre como as estruturas cooperativas afetam a construção e expansão do capital social em diferentes contextos socioeconômicos. Essa lacuna é ainda mais evidente no setor mineral, onde a maioria das pesquisas se volta para aspectos regulatórios e marcos institucionais (Freitas et al., 2024; Macedo, 2020), deixando em segundo plano a dinâmica relacional dentro dessas organizações.

Diante disso, este estudo desenvolve-se em duas fases interdependentes: uma etapa teórica e outra empírica. Na primeira, apresenta-se uma fundamentação teórica que evidencia a relevância dos elementos estruturais do cooperativismo para o fortalecimento do capital social, compreendido como condição necessária à sustentabilidade das cooperativas minerais frente aos desafios organizacionais e locais. Essa base teórica oferece suporte analítico para a segunda

fase do estudo, de natureza empírica, que tem como objetivo investigar a rede relacional de uma cooperativa mineral no município de Marabá, no estado do Pará.

Assim, surge, então, a seguinte questão: como a estrutura cooperativa fortalece e expande o capital social diante dos desafios locais? Para respondê-la, busca-se compreender como o funcionamento da organização, a partir das perspectivas dos cooperados, influencia o fortalecimento ou enfraquecimento dos laços de interação, confiança, reciprocidade e visão compartilhada, diante dos desafios.

O artigo estrutura-se assim: A Seção 2 aborda o conceito de capital social e seus efeitos organizacionais. A Seção 3 explora seus elementos estruturais, os quais são relacionados com as dimensões do capital social na Subseção 3.1. A Seção 4 discute sua influência na sustentabilidade cooperativa. A metodologia está descrita na Seção 5, na Seção 6 resultados parciais e discussão teórica e considerações finais são apresentados na Seção 7.

2. AS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL ORGANIZACIONAL E SEUS EFEITOS

O capital social é um elemento estruturante das relações sociais, permitindo a construção de redes de cooperação e confiança que sustentam a ação coletiva. Putnam (1996, p.190) o define como um conjunto de confiança, cooperação e participação cívica que fortalece as instituições e o bem-estar comunitário. Segundo ele, “as instituições fundadas na cooperação precisam de confiança e habilidades interpessoais, desenvolvidas por meio de interações estruturadas para alcançar objetivos comuns.” Coleman (1990) complementa que o capital social surge das interações sociais, beneficiando indivíduos e grupos ao reduzir custos operacionais e fortalecer parcerias organizacionais, o que favorece a cooperação.

Segundo Nahapiet e Ghoshal (1998), o capital social refere-se aos recursos acessíveis por meio das relações sociais, como informação, confiança, normas, obrigações e linguagem compartilhada. Esses recursos se originam de três dimensões inter-relacionadas: a estrutural, a relacional e a cognitiva, sendo uma abordagem utilizada para entender como as organizações criam e mobilizam o capital social entre seus membros. Assim, este trabalho adota essa abordagem para analisar como a rede cooperativa contribui para o fortalecimento do capital social em suas dimensões.

A dimensão estrutural refere-se à forma como os vínculos sociais são organizados no interior da cooperativa, o que influencia o acesso a informações, a circulação de recursos e o surgimento de práticas inovadoras e colaborativas, além de abranger conexões externas com outros agentes sociais, o que fortalece sua capacidade de inovação e aprendizagem (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Essa dimensão foca nos laços de uma cooperativa, que podem ser internos, entre membros, e externas, com outras organizações e partes interessadas (García-Pérez et al., 2023). Redes internas fortes melhoram a comunicação e a cooperação, apoiando a tomada de decisões e a governança eficazes ao promover transparência e participação coletiva (Mestriner, 2023). Enquanto isso, redes externas permitem que cooperativas acessem recursos, compartilhem conhecimento e colaborem com outras entidades, aumentando sua capacidade de adaptação a desafios externos (Zhang & Wu, 2023).

A dimensão relacional envolve aspectos como confiança, normas de reciprocidade e cooperação, influenciando a qualidade das interações entre indivíduos (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Para Saz-Gil et al. (2021) a confiança e a reciprocidade reduzem os custos operacionais e aumentam a eficiência cooperativa, pois os membros se mostram mais dispostos a compartilhar recursos e informações, melhorando a tomada de decisões e a resolução de problemas. Ampliando esse entendimento, García-Pérez et al. (2023) destacam que redes

baseadas na confiança preservam a reputação institucional e incentivam a cooperação entre membros.

A dimensão cognitiva compreende os valores, códigos e uma linguagem compartilhada que facilitam a comunicação e a coordenação entre os membros de uma organização (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Nesse contexto, Helmy et al. (2023) observam que a adoção de um vocabulário comum reduz falhas interpretativas e aprimora a tomada de decisões, promovendo maior alinhamento entre os participantes. Essa base cognitiva compartilhada também se expressa na construção de uma identidade coletiva, moldada por experiências, valores e objetivos comuns, que fortalece os laços internos e estimula o senso de pertencimento entre os membros (Seiler & Bortnowska, 2023). Quando bem definida, essa identidade reforça a coesão do grupo e favorece práticas cooperativas mais consistentes (Yayeh & Mulugeta, 2024).

A quadro 1 apresenta uma síntese dessas dimensões e seus principais componentes, com base no modelo teórico acima discutido.

Quadro 1 – Dimensões do Capital Social e seus Elementos

Dimensões do capital social	Elementos	Autores
Estrutural	Laços sociais, configuração da rede, conectividade,	Nahapiet & Ghoshal (1998); Mestriner (2023); Nesbitt et al. (2024); García-Pérez et al., (2023), Zhang & Wu (2023).
Relacional	Confiança, Cooperação, Normas de reciprocidade	Nahapiet & Ghoshal, (1998); Saz-Gil et al. (2021); García-Pérez et al. (2023).
Cognitivo	Linguagem e códigos compartilhados Visão comum. Identidade coletivas (senso de pertencimento)	Nahapiet & Ghoshal (1998); Helmy et al. (2023); Seiler & Bortnowska, (2023); Yayeh & Mulugeta (2024).

Fonte: elaborada pela autora com base em Nahapiet & Ghoshal (1998).

3. OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS COMO ELEMENTOS ESTRUTURAIS NA CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM COOPERATIVAS

Os princípios cooperativistas foram organizados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com base nos ideais dos pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, que em 1844 buscaram construir uma alternativa econômica mais justa e solidária. A versão atualmente vigente foi adotada em 1995 (ICA, 2015; Waring, 2021). Reconhecidos globalmente, esses sete princípios cooperativistas são: adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia, educação e formação, intercooperação e compromisso com a comunidade (ACI, 2024). Esses orientam as operações cooperativas, fomentando uma cultura de sustentabilidade das redes

relacionais interna e externa, sendo fundamentais para o fortalecimento do capital social no contexto cooperativo.

Nessa direção, Bronzi et al. (2024) acrescenta que esses princípios estabelecem uma estrutura que orienta os membros em suas interações e processos de tomada de decisão democráticas. Essa estrutura contribui para a estabilidade financeira e a criação de um ambiente organizacional transparente, com prestação de contas, assim fortalecendo a confiança, a colaboração entre os membros. Nesse sentido, Duarte e Barbosa (2024) reforçam que os princípios estimulam o desenvolvimento de valores e normas que orientam o comportamento dos membros, como confiança e cooperação mútua.

Para Ghauri (2021) as cooperativas devem basear-se nesses princípios, mas enfatiza que, se mal interpretados ou ignorados, podem se desviar de seu propósito socioeconômico e se tornarem semelhantes a empresas de investidores. Segui-los fortalecerá a participação dos membros, enquanto ignorá-los poderá enfraquecê-la. Reforçando essa perspectiva, Stoop et al., (2021) contribui que, apesar, dos princípios cooperativos definirem as bases organizacionais das cooperativas e gerarem o capital social, muitas vezes são aplicados de forma inconsistente ou pouco compreendidos, o que pode enfraquecer as relações entre os membros e a conexão com os objetivos originais.

De acordo com Birchall (2022), os princípios cooperativos são interdependentes, e a negligência de um pode comprometer os demais, exigindo uma aplicação conjunta e equilibrada. Nesse sentido, Falkembach et al. (2023) destacam que a eficácia da estrutura cooperativa depende da prática efetiva desses fundamentos. Akahoshi e Binotto (2016) concluem que a condução adequada dos princípios transforma as cooperativas em modelos para a formação do capital social. Assim, a aplicação conjunta dos princípios revela-se necessária para a sustentabilidade das cooperativas. A seguir, serão explorados cada um desses princípios e sua relação com as dimensões do capital social organizacional conforme sistematizado no quadro 2.

3.1 Os princípios cooperativos e sua relação com as dimensões do capital social

As cooperativas oportunizam a adesão voluntária e aberta, permitindo que qualquer pessoa se associe sem discriminação (Meira, 2021). Esse princípio favorece desenvolvimento de redes e relações colaborativas entre os membros. Essas redes proporcionam um espaço de interação para o compartilhamento de informações, recursos e conhecimentos, o que pode contribuir para a melhoria na tomada de decisão e na resolução de problemas. A natureza colaborativa das cooperativas estimula os associados a trabalharem em conjunto, potencializando suas capacidades coletivas para alcançar resultados que seriam difíceis de obter individualmente (Wanjare, 2017; Valentinov, 2006).

O controle democrático influencia o capital social ao estimular a participação ativa e a igualdade entre os membros, garantindo que todos tenham votos iguais, um membro, um voto, o que favorece um ambiente de confiança e interdependência (International Co-operative Alliance, 2015; Saz-Gil et al., 2021). A governança participativa amplia esse efeito, promovendo ações coletivas que reforçam o senso de justiça e pertencimento dentro da cooperativa (Bretos, Millán & Foncea, 2018). Essa dinâmica contribui para a coesão interna e alinha os interesses dos membros com o da comunidade (Akahoshi & Binotto, 2016).

A participação econômica dos membros requer um equilíbrio entre a contribuição financeira e os benefícios obtidos, pois a ausência desse alinhamento compromete tanto a governança quanto a sustentabilidade da cooperativa (Rohmadi & Udin, 2024). Quando esse

equilíbrio não é alcançado, surgem desafios relacionados à transparência da distribuição de sobras e à alocação dos recursos coletivos, que compromete confiança entre os cooperados. Nesse sentido, Setragni e Junqueira (2024) apontam que a falta de clareza na gestão financeira reduz o engajamento dos membros e dificulta a participação nas decisões coletivas.

O interesse pela comunidade amplia a relação entre a cooperativas e o ambiente externo, promovendo ações que beneficiam os cooperados e a comunidade local. Esse princípio impulsiona iniciativas de sustentabilidade e responsabilidade social, consolidando a confiança e a legitimidade da cooperativa no desenvolvimento comunitário (Duarte; Barbosa, 2024). De forma complementar, Falkembach et al. (2023) destacam o impacto de projetos sociais, ambientais e culturais na melhoria da qualidade de vida, ao exemplificar que ações como reflorestamento, energia limpa e eventos culturais que fortalecem os laços com a comunidade.

A autonomia e a independência permitem que cooperativas operem sem interferência externa, garantindo que os membros mantenham controle efetivo sobre a organização (Osten et al., 2024). Essa estrutura fortalece o capital social ao estimular a participação ativa, o empoderamento dos cooperados e a confiança mútua. Ao preservar sua autonomia decisória, a cooperativa reforça legitimidade e resiliência institucional, promovendo uma governança democrática que incentiva cooperação e compromisso coletivo. Além disso, o alinhamento entre os interesses da organização e os de seus membros contribui para a coesão interna e o fortalecimento das redes sociais que sustentam a atuação cooperativa (Vodenicharov, 2020).

O princípio da educação, formação e informação influencia a capacitação técnica e a profissionalização das cooperativas minerais, o que reduz assimetrias de informação e conhecimento e amplia a competência coletiva, fortalecendo a confiança entre os membros dentro da organização (Silva & Freitas, 2022). A educação cooperativa amplia a compreensão dos princípios, direitos e deveres da cooperativa, incentivando uma participação mais ativa (Setiawati, 2023). A difusão do conhecimento entre os membros estimula a troca de experiências e fortalece a capacidade organizacional (Duarte & Barbosa, 2024).

A intercooperação expande as redes externas, facilitando ações coletivas e favorecendo a troca de recursos e conhecimentos entre cooperativas (García-Pérez et al., 2023). Nesse sentido, as parcerias entre cooperativas e outras organizações ampliam oportunidades de colaboração e aumentam o acesso a sistemas de apoio, como acesso a crédito e suporte técnico (Boat et al., 2024).

Quadro 2 – Princípios Cooperativos e sua Relação com o Capital Social

Princípio Cooperativo	Dimensão Predominante	Impacto no Capital Social	Autores
Adesão voluntária e aberta	Estrutural Relacional	Cria redes e relações colaborativas	Meira (2021); Wanjare, (2017); Valentinov, (2006).
Controle democrático	Estrutural Relacional Cognitivo	Favorece a participação ativa, reforçando a confiança e o senso de pertencimento.	Saz-Gil et al. (2021); Bretos, Millán & Foncea (2018)
Participação econômica dos membros	Estrutural Relacional	A transparência financeira impacta a confiança e participação dos membros.	Rohmadi & Udin (2024); Setragni & Junqueira (2024)
Interesse pela comunidade	Estrutural e Relacional	Fortalece laços sociais e a confiança	Duarte & Barbosa (2024); Falkembach et al. (2023)

Autonomia e independência	Estrutural Relacional	Participação ativa, e a confiança mútua.	Osten et al. (2024); Vodenicharov (2020).
Educação, formação e informação	Estrutural Relacional Cognitivo	Amplia a compreensão dos princípios, dos direitos e deveres, o que fortalece a confiança e incentiva participação mais ativa	Silva & Freitas (2022); Setiawati (2023); Duarte & Barbosa (2024)
Intercooperação	Estrutural	Expandem redes externas e favorecem a troca de recursos e conhecimentos entre cooperativas.	García-Pérez et al. (2023); Boat et al.

Fonte: elaborada pela autora.

4. CAPITAL SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS

O capital social exerce papel central na resiliência organizacional, ao promover a confiança mútua, a cooperação e a efetividade na tomada de decisões, fatores essenciais à sustentabilidade das cooperativas. Amigo (2023) ressalta que esse tipo de resiliência está associado a altos níveis de capital social, evidenciados em normas compartilhadas e ações coletivas. Nessa mesma direção, Hieu e Brown (2024) observam que tais características favorecem tanto a sustentabilidade quanto o desempenho institucional das cooperativas.

Ridloah et al. (2024) acrescentam que redes de cooperação estruturadas ampliam a sustentabilidade dessas organizações, garantindo maior engajamento e permitindo respostas mais ágeis a desafios econômicos e ambientais. Para Falkembach, et al., (2023), o capital social gerado nas interações cooperativas contribui para um ambiente organizacional mais coeso, o que evita conflitos internos e fortalece a confiança. Essa confiança, conforme Mestriner (2023), otimiza custos operacionais ao minimizar incertezas e possibilitar tomadas de decisão mais rápidas e eficazes, alinhando interesses individuais e coletivos.

Entretanto, quando há déficits desse capital social, surgem desafios que podem comprometer a governança cooperativa. Nessa linha, Yayeh e Mulugeta (2024), afirmam que a ausência de um entendimento compartilhado sobre missões e objetivos prejudica a atuação coletiva, tornando as decisões menos eficientes e mais suscetíveis aos interesses individuais. Para mitigar esses desafios, pesquisadores como Ridloah et al. (2024) e Yayeh & Mulugeta (2024) sugerem estratégias baseadas na capacitação e na gestão participativa para reforçar o capital social e garantir a adaptação contínua das cooperativas às mudanças nos diferentes cenários socioeconômicos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo desenvolve-se por meio de um levantamento bibliográfico, com o objetivo de construir uma base teórica sólida sobre os fundamentos do cooperativismo mineral e do capital social organizacional. Essa etapa buscou reunir contribuições de estudiosos que discutem o papel das cooperativas na promoção de relações sociais sustentáveis. Entre os principais autores que embasam essa análise estão Putnam (2000), ao tratar do capital social como fator estruturante da cooperação; Nahapiet e Ghoshal (1998), que sistematizam suas dimensões (estrutural, relacional e cognitiva); e Coleman (1990), que explora os efeitos das interações sociais na eficiência organizacional. Complementarmente, a revisão também

considerou Saz-Gil et al. (2021), ao evidenciar lacunas empíricas nesse campo, e os princípios normativos da Aliança Cooperativa Internacional (ICA, 2015), que orientam a prática cooperativa em nível global.

Com base nesse referencial, o artigo objetiva avançar para uma abordagem empírica de natureza qualitativa, com foco na análise das relações internas de uma cooperativa mineral localizada no município de Marabá, no estado do Pará. A escolha se justifica por sua relevância na extração de quartzo colorido (ametistas, citrinos, quartzos fumês), com destaque nacional e internacional. A cooperativa está inserida no Polo Marabá, que reúne arranjos produtivos locais (APLs) voltados para a atividade mineral, envolvendo diferentes tipos de organizações produtivas, cooperativas ou não, localizadas no mesmo território, promovendo a articulação entre pequenos produtores e contribuindo para o desenvolvimento local (Relatório-Polo-Marabá, 2022; Rodet et al.; 2016).

A técnica escolhida para a coleta de dados será a entrevista semiestruturada a qual permite a exploração das percepções dos cooperados sobre o funcionamento da estrutura organizacional e seus efeitos sobre os vínculos sociais no ambiente cooperativo. Os participantes serão selecionados intencionalmente, considerando critérios como tempo de associação e grau de participação nas atividades da cooperativa. Os entrevistados serão (i) cooperados da cooperativa mineral estudada composta por artesão, garimpeiro, intermediário, martelador, estoquista e o presidente da cooperativa, também se entrevistará os representantes de organizações institucionais ligadas ao setor mineral, como: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará (SEDEME), a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

A inclusão dos representantes públicos tem como objetivo captar como os gestores percebem o papel das cooperativas minerais no desenvolvimento econômico local, bem como identificar os principais desafios e potencialidades associados a esses empreendimentos. Essas percepções reforçarão a justificativa deste trabalho, ao oferecerem uma base institucional sobre as cooperativas como agentes de transformação socioeconômica em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais.

Para a interpretação dos dados obtidos, será utilizada a análise de conteúdo, a qual seguirá as seguintes etapas, conforme proposta adaptada por Schreier (2014): (1) definição da questão de pesquisa; (2) seleção do material; (3) construção de um quadro de categorias; (4) segmentação do material; (5) codificação piloto; (6) avaliação e modificação das categorias; (7) análise principal; e (8) apresentação e interpretação dos resultados. A análise será realizada com o auxílio de software específico para análise qualitativa o Atlas TI.

A pesquisa encontra-se em andamento, e até o momento foram concluídas a fundamentação teórica e a delimitação do instrumento de coleta. A próxima etapa envolve o trabalho de campo com a aplicação das entrevistas para ser realizada entre o mês de julho a agosto de 2025, da seguinte forma:

Em julho/2025: Aplicação das entrevistas semiestruturadas com os cooperados; organização dos dados coletados; e transcrição das entrevistas. No mês de agosto/2025 se dará início a categorização, transcrição, codificação final das categorias com auxílio do Atlas TI; sistematização dos achados e identificação de padrões interpretativos bem como objetiva-se iniciar a redação da seção de resultados e discussão; revisão cruzada com a teoria; ajustes finais na metodologia conforme experiência empírica. Essa metodologia permitirá compreender como a estrutura cooperativa influencia a construção de confiança, reciprocidade e senso de pertencimento entre os cooperados, contribuindo para a sustentabilidade organizacional em contextos marcados por desafios locais.

6. RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO TEÓRICA

Até o presente momento, os resultados da pesquisa concentram-se na consolidação de um referencial teórico que evidencia a importância do capital social nas cooperativas minerais. A partir das contribuições de Putnam (2000), Coleman (1990) e Nahapiet e Ghoshal (1998), observou-se que a sustentabilidade dessas organizações está diretamente relacionada à qualidade das redes sociais internas, como confiança, reciprocidade, cooperação e visão compartilhada. Esses elementos são reforçados pelos princípios cooperativistas, que, quando aplicados de forma consistente, promovem coesão organizacional, participação democrática e engajamento coletivo, como destacado por Bretos, Millán e Foncea (2018) e Duarte e Barbosa (2024).

A revisão também permitiu identificar que a negligência desses princípios pode comprometer a legitimidade institucional e a sustentabilidade, conforme argumentado por Birchall (2022) e Stoop et al. (2021). Além disso, evidenciou-se que a atuação das cooperativas vai além da esfera econômica, promovendo desenvolvimento local por meio de ações de interesse comunitário, o que fortalece a confiança externa e o reconhecimento social (Duarte & Barbosa, 2024; Falkembach et al., 2023).

Com base nessas análises, conclui-se que a estrutura cooperativa é capaz de fomentar as dinâmicas relacionais internas, desde que fundamentada em seus princípios originários, os quais são sustentados implicitamente pelo capital social. O levantamento bibliográfico revelou, no entanto, uma lacuna na literatura empírica sobre o setor mineral, que tende a focar aspectos regulatórios em detrimento das relações sociais (Freitas et al., 2024; Macedo, 2020). A etapa teórica finalizada oferece subsídios para a fase empírica, que buscará investigar, a partir das percepções dos cooperados, como esses fatores se manifestam na prática organizacional cotidiana da cooperativa estudada em Marabá (PA).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na fundamentação teórica apresentada, é possível perceber que a estrutura cooperativa, ancorada nos princípios do cooperativismo, exerce papel estratégico na configuração das dimensões do capital social organizacional. A articulação entre laços sociais, confiança e visão compartilhada se mostra essencial para a coesão interna e a sustentabilidade das cooperativas minerais, especialmente em contextos marcados por desafios econômicos e institucionais, como o da Amazônia. A literatura indica que, quando esses elementos são valorizados, as cooperativas fortalecem sua legitimidade, como também se tornam mais resilientes diante de seus desafios.

Ademais, a análise dos princípios cooperativos revela que sua aplicação coerente favorece práticas participativas e democráticas, impulsionando a governança e a integração entre os membros. No entanto, a inconsistência ou a negligência desses fundamentos pode enfraquecer os vínculos organizacionais, comprometendo a eficiência coletiva. Nesse sentido, os sete princípios se destacam como ferramentas que produzem o do capital social, sendo necessários para que as cooperativas mantenham sua identidade, sustentabilidade, eficiência e ampliem seu impacto social e econômico no território onde atuam.

Dessa forma, o presente estudo se propõe a avançar empiricamente na compreensão desses fenômenos, buscando evidenciar, a partir da experiência concreta de uma cooperativa

mineral em Marabá (PA), como os elementos estruturais moldam as relações sociais no cotidiano organizacional. As etapas seguintes da pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com cooperados, permitirão mapear percepções, práticas e desafios vivenciados, oferecendo contribuições para o fortalecimento do cooperativismo mineral enquanto estratégia de desenvolvimento territorial pautado em vínculos sociais sustentáveis.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akahoshi, W. B., & Binotto, E. (2016). Cooperativas e capital social: Caso da Copasul, Mato Grosso do Sul. *Gestão e Produção*, 23(1), 104–117. <https://doi.org/10.1590/0104-530X532-13>.
- Alves, A., Ferreira, A., & Araújo, C. H. X. (2021). Pequena mineração responsável e cooperativismo mineral. In A. F. Freitas et al. (Orgs.), *Cooperativismo mineral no Brasil: Características, desafios e perspectivas* (pp. xx–xx). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.
- Amigo, R. L., & Echavez, C. P. R. (2023). Role of social capital on the resilient capacity of cooperatives. *Asia Pacific Journal of Social and Behavioral Sciences*, 21, 29–37. Retrieved from <https://www.buksu.edu.ph>
- Barroso, L. M., & Freitas, A. F. (2024). A organização social dos mineradores de opala: Realidade e desafios do cooperativismo mineral em Pedro II no Piauí. *Revista Ponto de Vista*, 13(1).
- Birchall, J. (2022). Co-operative values and principles: A commentary. *Journal of Co-operative Studies*. <https://doi.org/10.61869/cmhk6273>
- Biscaro, C., Luzio-dos-Santos, L. M., & Hernandez, J. F. de M. (2023). Um estudo comparativo entre o cooperativismo brasileiro e países de referência mundial. *Cooperativismo e Desenvolvimento*, 31(126), 1–22. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.02.09>
- Boat, A. A., Poparad, H., Seward, M., Scales, P. C., & Syvertsen, A. K. (2024). The role of organized activities in supporting youth social capital development: A qualitative meta-synthesis. *Adolescent Research Review*. <https://doi.org/10.1007/s40894-024-00235-1>
- Bretos, I., Díaz-Foncea, M., Marcuello, C., & Marcuello, C. (2018). Cooperativas, capital social y emprendimiento: Una perspectiva teórica. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, (128), 76–98. <https://doi.org/10.5209/REVE.59775>
- Bronzi, M. C., et al. (2024). Princípios cooperativistas em ação: Uma análise crítica em uma cooperativa do sistema SICREDI. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-49>
- Coleman, J. S. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Duarte, S. C., & Barbosa, L. P. (2024). Capital social: Uma revisão teórica na perspectiva sociológica. *Inter-Legere*, 7(40). <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n40ID35978>
- Eiler, B., & Bortnowska, H. (2023). Expressando identidade em declarações de missões: Um caso de cooperativas sociais polonesas. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 107, 127–167. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.107.19108>

Falkembach, F. R., Wittmann, M. L., & Boff, V. A. (2023). Capital social, cooperativismo e desenvolvimento: Um estudo em uma cooperativa de crédito. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 21(59), 1–17. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.12372>

Flick, U. (2014). *The SAGE handbook of qualitative data analysis*. London: Sage Publications.

Freitas, A. F., & Freitas, A. (2011). Cooperativismo mineral: Lições históricas e significados jurídicos. In A. F. Freitas et al. (Orgs.), *Cooperativismo mineral no Brasil: Características, desafios e perspectivas* (pp. xx–xx). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.

Freitas, A. F., & Macedo, A. S. (2021). Por uma agenda de pesquisa e de políticas de fomento ao cooperativismo mineral no Brasil. In A. F. Freitas et al. (Orgs.), *Cooperativismo Mineral no Brasil: Características, Desafios e Perspectivas*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.

García-Pérez, A. M., Román-Cervantes, C., González-Dávila, E., & Yanes-Estévez, V. (2023). Social capital in cooperatives: A typology and their influence on performance.

Ghauri, S., Mazzarol, T., & Soutar, G. N. (2021). Princípios e valores cooperativos: O discurso combina com o caminhar? *Revista de Estudos Cooperativos*, 54(3), 7–22. <https://doi.org/10.61869/pgnl4218>

Guest, G., Namey, E., & Chen, M. (2020). A simple method to assess and report thematic saturation in qualitative research. *PloS ONE*, 15(5), 1–17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0232076>

Handoko, I., Bresnen, M., & Nugroho, Y. (2022). Knowledge exchange through the dynamic interplay of social capital dimensions in supply chains. *Supply Chain Forum: An International Journal*, 24(4), 475–487. <https://doi.org/10.1080/16258312.2022.2130005>

Helmy, I., Parmin, P., Fitri, A. W., Supriyani, T., & Amalia, D. (2023). Linking social capital, knowledge sharing, and individual outcomes: Future research agenda. *Journal of International Conference Proceedings*, 6(4), 163–176. <https://doi.org/10.32535/jicp.v6i4.2651>

Hennink, M., & Kaiser, B. N. (2022). Sample sizes for saturation in qualitative research: A systematic review of empirical tests. *Social Science & Medicine*, 292, 114523. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2021.114523>

Hieu, H. H., & Brown, P. R. (2024). Capital social aumenta a resiliência de cooperativas agrícolas: Estudos de caso comparativos no Delta do Mekong, Vietnã. *World Development Sustainability*, 5, 100170. <https://doi.org/10.1016/j.wds.2024.100170>

ICA - International Cooperative Alliance. (2024). The Rochdale Pioneers. <https://ica.coop/en/cooperatives/history-cooperative-movement>

International Co-operative Alliance. (2015). Guidance notes to the co-operative principles. <https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/guidance-notes-en-310629900>

Macedo, A. S., et al. (2020). Pelos caminhos das pedras: Os desafios das cooperativas na mineração em pequena escala. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 9(1), 103–121.

Marshall, C., Rossman, G. B., & Blanco, G. L. (2022). *Projetando pesquisa qualitativa* (7th ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.

- Meira, D. (2022). Governança cooperativa e sustentabilidade: Uma análise segundo as novas tendências do direito cooperativo europeu (pp. 223–230).
- Mestriner, T. L. de A. (2023). Social capital and governance of agricultural cooperatives. In Edward Elgar Publishing eBooks (pp. 116–134). <https://doi.org/10.4337/9781802202618.00015>
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, 23(2), 242–266.
- Osten, F. L. von der, Martins, T. S., Dong, H., & Bailey, A. R. (2024). O que realmente significa o 7º princípio cooperativo (preocupação com a comunidade)? *Management Review Quarterly*. <https://doi.org/10.1007/s11301-024-00421-4>
- Oxus Consultoria. (2022). Relatório de suporte de informações preliminares – Polo Marabá. Marabá.
- Pereira, E. A., Freitas, A. F., & Freitas, A. F. de. (2024). Cooperativismo mineral no Brasil e na Bolívia. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 18(53). <https://doi.org/10.5281/zenodo.11529720>
- Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna* (R. de C. Farias, Trans.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Ridloah, S., Pitaloka, L. K., & Maruto, S. N. (2024). Building sustainable cooperatives environmental base: The role of social capital and technology adoption in different regional contexts. *International Journal of Social Science and Human Research*, 7(9). <https://doi.org/10.47191/ijsshr/v7-i09-17>
- Rodet, M. J., et al. (2016). O tratamento térmico da ametista: Alto Bonito, Garimpo das Pedras, Carajás, Pará. *Teoria e Sociedade*, 24(2), 55–58.
- Rohmadi, R., & Udin, U. (2024). Inequality of member participation: Threats to cooperative sustainability – A case study of PKPRI Wonosobo. *E3S Web of Conferences*, 571, 1–12. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202457101009>
- Saz-Gil, I., Bretos, I., & Díaz-Foncea, M. (2021). Cooperatives and social capital: A narrative literature review and directions for future research. *Sustainability*, 13(534), 1–18. <https://doi.org/10.3390/su13020534>
- Schreier, M. (2014). Qualitative content analysis. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data analysis* (pp. 170–183). London: Sage.
- Setiawati, R. (2023). Pendidikan perkoperasian dan kelembagaan koperasi bagi anggota baru dan calon anggota KKBSK (Koperasi Guru Karyawan SMK Koperasi) di Yogyakarta. *E-Coops-Day*, 4(2), 185–190.
- Setragni, J. V., & Junqueira, A. M. R. (2024). Confiança nas relações intraorganizacionais: O caso da COOPERORG-DF. *RGSA*. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n5-107>

Silva, S. S. da, Freitas, A. F. de, Freitas, R., & Ramalho, T. (2020). Princípios do cooperativismo e a cultura do garimpo: Uma análise nas cooperativas minerais de Minas Gerais. *Interações*, 23(1), 215–230.

Stoop, E., Brandsen, T., & Helderma, J.-K. (2021). The impact of the cooperative structure on organizational social capital. *Social Enterprise Journal*, 17(4), 548–565. <https://doi.org/10.1108/SEJ-08-2020-0063>

Valentinov, V. (2006). Toward a social capital theory of cooperative organisation. *Social Science Research Network*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=951928

Valentinov, V. L. (2004). Toward a social capital theory of cooperative organisation. *Journal of Cooperative Studies*, 37(3), 5–20. <https://ssrn.com/abstract=951928>

Vodeniharov, A. (2020). Marco legal regulatório dos princípios cooperativos, 2, 248–254. <https://sciendo.com/pdf/10.2478/kbo-2020-0085>

Wanjare, J. (2017). Social capital, asset-based capacities and the worker co-operative model. *European Journal of Social Sciences*. <https://doi.org/10.46827/EJSS.V0I0.183>

Waring, T. M., Lange, T., & Chakraborty, S. (2021). Adaptação institucional na evolução dos 'princípios cooperativos'. *Journal of Evolutionary Economics*, 1–33. <https://link.springer.com/article/10.1007/s00191-021-00738-3>

Yayeh, F. A., & Mulugeta, W. (2024). Capital social e desempenho econômico das cooperativas financeiras: Evidências da região de Amhara. *Technium Economia*, 22, 63. <https://doi.org/10.47577/economia.v1i.10680>

Zhang, S., & Wu, D. (2023). Analisando a relação entre capital social, capacidade dinâmica e desempenho cooperativo de agricultores usando modelo leve de aprendizado profundo: Um estudo de caso da província de Liaoning. *Computational Intelligence and Neuroscience*, 2023, 1–11. <https://downloads.hindawi.com/journals/cin/2023/7064236.pdf>